



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005692-72.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **ANA LUIZA ORDONHO MARIN**
 Requerido: **UNIMED SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou que era beneficiária de plano de saúde mantido por seu genitor em face da ré e que perdeu tal condição em 30/04/2016 por ter completado vinte e quatro anos de idade.

Alegou ainda que recebeu missiva da Central Nacional UNIMED informando sobre a possibilidade de exercer a portabilidade especial de carências para contratação de outro plano de saúde, mas ao tentar fazê-lo isso lhe foi negado sem que houvesse justificativa para tanto.

Deferida a tutela de urgência para que a ré implementasse a contratação postulada pela autora, ela a fls. 43/44 noticiou o cumprimento da decisão, além de reconhecer a procedência integral do pedido formulado.

Diante disso, e à míngua de impugnação por parte da autora (fls. 101 e 108), o acolhimento do pedido de fls. 43/44 é de rigor.

Isto posto, homologo o reconhecimento da procedência do pedido formulado pela autora e torno definitiva a decisão de fls. 37/38, item 1, extinguindo o processo com fundamento no art. 487, inc. III, a, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado, arquivem-se definitivamente os autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 23 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**